ATA DA 9ª REUNIÃO DA DIRETORIA DO SINDJUF/PB REALIZADA EM 13 DE OUTUBRO DE 2026.

Aos dezenove dias do mês de outubro de 2026, pelas 15horas, na sede do SINDJUF/PB, foi dado início a reunião ordinária do SINDJUF/PB, no formato híbrido, com a presença dos coordenadores **MARCOS JOSÉ DOS SANTOS, PERIVALDO ROCHA LOPES, MARIA DALVA DOS SANTOS FERREIRA, JOSÉ VALTER MEDEIROS CAMPELO, GILDÁZIO AZEVEDO, CLÁUDIO DANTAS e ÂNGELA CRISTINA,** participaram de forma presencial os coordenadores **MARCOS SANTOS, PERIVALDO LOPES, MARIA DALVA, ÂNGELA CRISTINA E GILDÁZIO AZEVEDO, ALÉM DO COORDENADOR SUPLENTE MAHATMA GHANDI e da convidada SANDRA DE CAMPINA GRANDE.** Na modalidade on-line participaram os coordenadores: **VALTER CAMPELO, CLÁUDIO DANTAS e DAVID GADELHA.** O coordenador geral Marcos Santos, deu inicio a reunião, por volta das 15h10 minutos, fazendo a leitura da Pauta da reunião e abrindo os trabalhos passou a debater o ponto 01 dos informes que trata da indicação de dois representantes do SINDJUF/PB para fazerem parte da 4ª Reunião do Comitê Gestor Regional da Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição do TRT-13ª Região. Após os debates foram escolhidos, votados e aprovados por unanimidade, sem voto contrário e sem abstenções os colegas: VALTER CAMPELO e DAVID GADELHA. Dando continuidade aos informes, na sua alínea "b", foi lido parecer contábil sobre a Imunidade Tributária do sindicato pela venda do tereno de sua propriedade, e eventuais ganhos de capital na aplicação dos referidos recursos. Pelo parecer, o contador Marcos afirma, que a diferença entre o valor de venda e o valor contábil do imóvel é considerado renda. E ainda pelo parecer afirma que o SINDJUF/PB, não paga Imposto de Renda sobre ganho de capital, desde que o valor recebido seja revertido às finalidades do sindicato. Após os debates, restou aprovado esperar a manifestação da Receita Federal e, se for o caso, recolher os impostos devidos. Ato continuo, passando para a alínea "c" dos informes, foi apresentado pelo coordenador Marcos Santos de Proposta de reajuste e pactuação do contrato de prestação de serviços advocatícios pela Banca Dantas

Mayer. Pela proposta apresentada, Marcos Santos citou que desde 2022 que não há reajustes e que o contato atual em vigência estabeleceu honorários advocatícios mensais no valor de R$ 4.000,00 e que pela proposta de novo contrato, solicita-se a fixação de honorários advocatícios em R$ 5.500,00, mantendo-se as mesmas atribuições previstas no contrato atual. Após os debates foi apresentado proposta do Coordenador Geral Perivaldo que transfere para os três coordenadores gerais e coordenação jurídica, a tarefa de marcar reunião com a Banca de Advogados e encontrar um meio termo que pudesse satisfazer ambas as parte. A coordenadora Dalva sugere a participação na comissão da coordenadora Ângela. Ângela por sua vez, destaca que não se faz necessidade de sua presença, entretanto, solicita que na conversa sejam listados ao problemas de insatisfação de alguns servidores do TRT relativos ao atendimento jurídico. Em seguida Ghandi levanta uma preocupação com rumores que rondam a Justiça Federal de que não há orçamento suficiente para terminar o ano com o pagamento dos salários dos servidores e servidoras, férias, segunda parcela do décimo terceiro e outros benefícios. Foi aprovado por todos, verificar a veracidade desses rumores e, em se constatando, oficiar aos três órgãos (Justiça Federal, TRT/13ª e T R E) solicitando respostas imediatas e promovendo as providências cabíveis. Dando sequência, passamos a debater o ponto 02 da pauta que trata da Análise da Conjuntura Política atual, na quadra em que nós vivemos. Com a palavra, Marcos Santos fez uma análise sobre o quadro político atual e definiu o momento muito difícil para os servidores e servidoras. Segundo Marcos, temos no cenário atual dois projetos que se apresentam para os eleitores no próximo dia 25 de outubro. De um lado temos o projeto do atual governo e do outro lado o projeto de candidato que se intitula de novo Brasil. Para Marcos, devemos conscientizar nossos filiados e filiadas dos perigos que estamos correndo com as propostas apresentadas. Existe uma diferença abissal. A proposta do candidato do novo Brasil traz no seu bojo ameaças como a reforma administrativa punitiva, redução de ministérios, paridade ameaçada para os aposentados, reforma previdenciária, fim das entidades sindicais e

vai além sendo contra ao fim da escala 6 x 1 prejudicando toda classe trabalhadora. Se não bastasse, o partido deste candidato defende o fim da Justiça do Trabalho e fomenta críticas a Justiça Eleitoral. O voto é livre, é um ato de vontade, mas precisamos alertar nossos filiados e filiadas dos riscos e perigos que poderemos enfrentar. Em seguida David propôs uma ação mais forte da diretoria do sindicato e solicitou a elaboração de nota oficial pedindo voto para o melhor candidato. O sindicato precisa se manifestar, não podemos ficar parados. Valter Campelo citou as manifestações de diversas entidades do judiciário federal e se manifestou no sentido de se elaborar uma nota oficial seguindo a ideia do David. O coordenador Gildázio se manifesta favorável a nota e diz que já faz esse debate nas redes sociais. Marcos Santos propôs que fosse lido o programa do candidato do novo Brasil e dele fosse extraído tudo que fosse prejudicial aos nossos filiados e aos trabalhadores em geral. David foi escolhido para recolher todo matéria e pudesse preparar uma nota oficial do SINDJUF, para ser submetida na modalidade virtual a votação da diretoria. Por fim o suplente da diretoria Ghandi expos estudo técnico sobre a derrubada dos vetos 17 e 45 e a importância da restruturação da carreira no judiciário federal. O coordenador Perivaldo propõe que Ghandi faça uma revisão no texto de forma a reduzir o tamanho e encaminhasse ao coordenador Claudio para publicação. Cumprida a pauta, Marcos Santos agradeceu os presentes e os que participaram virtualmente encerrando a reunião que teve a ata lavrada e assinada, por mim Geizon Lima que secretariei a reunião e pelo presidente dos trabalhos. João Pessoa, 17h30 horas, do dia 13 de outubro de 2026.

Marcos José dos Santos
Coordenador Geral

Geizon Lima
Secretário